



Prezados:

Iniciamos nosso informativo deste mês com o espaço do Departamento Fiscal que nos traz a notícia sobre o início do prazo de envio da declaração de Imposto Territorial Rural 2020.

Já o Departamento Pessoal, informa sobre a revogação da MP 905/2019, onde o acidente de trajeto, aquele sofrido no percurso de casa para o local do trabalho ou vice-versa, volta a ser considerado como acidente do trabalho e, portanto, as empresas precisarão emitir CAT.

Para finalizar, o Departamento Contábil apresenta um guia explicativo sobre precificação de produtos, um processo que se nutre de princípios de administração, economia e marketing, tendo como propósito final garantir o lucro da atividade econômica.

Clóvis da Rocha
Diretor

Departamento **Fiscal**

Contribuintes já podem enviar declaração de Imposto Territorial Rural 2020

Proprietários rurais de todo o Brasil podem enviar, a partir de 17 de Agosto 2020, a declaração de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural 2020 (DITR 2020) à Receita Federal. O prazo de entrega vai até o dia 30 de setembro.

Estão obrigadas a apresentar a declaração pessoas físicas ou jurídicas, exceto as imunes ou isentas, proprietárias, titulares do domínio útil ou possuidoras a qualquer título do imóvel rural. Também estão obrigados aqueles que, entre 1º de janeiro de 2020 e a data da efetiva apresentação da declaração, perderam a posse do imóvel rural ou o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel ao patrimônio do expropriante.

Em 2019, foram entregues 5.795,48 milhões de declarações de ITR. Para esse ano, a expectativa é de que 5,9 milhões de documentos sejam recebidos pela Receita Federal.

A DITR deve ser elaborada por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR, disponibilizado na página da Receita Federal. A declaração pode ser transmitida pela Internet ou entregue em dispositivo USB nas unidades da Receita Federal.

A multa para quem apresentar a declaração depois do prazo é de 1% (um por cento) ao mês ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). Se, depois da apresentação da declaração, o contribuinte verificar que cometeu erros ou omitiu informações, deve, antes de iniciado o procedimento de lançamento de ofício, apresentar DITR retificadora, sem a interrupção do pagamento do imposto apurado na declaração original.

O valor do imposto pode ser pago em até quatro quotas iguais, mensais e sucessivas, sendo que nenhuma quota pode ter valor inferior a R\$ 50,00. O imposto de valor inferior a R\$ 100,00 deve ser pago em quota única, que deve ser paga até o último dia do prazo para a apresentação da declaração.

O imposto pode ser pago mediante transferência eletrônica de fundos por meio de sistemas eletrônicos das instituições financeiras autorizadas pela Receita Federal a operar com essa modalidade de arrecadação ou por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais.

Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2020/08/contribuintes-ja-podem-enviar-declaracao-de-imposto-territorial-rural-2020>

Texto: Letícia da Roza Breidenbach
Departamento Fiscal



Empregado – Acidente de Percurso - Revogação de MP Nº 905/2019

A Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, em seu artigo 51, inciso XIX, alínea “b”, c/c os artigos 52 e 53, inciso III do caput e § 1º, inciso III, revogava a alínea “d” do inciso IV do caput do artigo 21 da Lei nº 8.213, de 1991, com efeitos a partir de 12/11/2019. No entanto, a Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020, publicada em edição extra do Diário Oficial da União do dia 20/04/2020, revogou a Medida Provisória nº 905/2019.

A alínea “d” do inciso IV do caput do artigo 21 da Lei nº 8.213, de 1991, estabelece que o acidente sofrido pelo empregado no percurso da residência para o local de trabalho ou vice-versa, qualquer que for o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado, é equiparado a acidente do trabalho.

Com a revogação da MP nº 905/2019, a alínea “d” do inciso IV do caput do artigo 21 da Lei nº 8.213, de 1991, volta a ter eficácia plena a partir de 21/04/2020. Ou seja, o acidente no trajeto da ida ao serviço, ou na volta para casa, voltou a ser equiparado como acidente do trabalho, e o empregado volta a ter garantido o direito de estabilidade provisória de 12 meses no contrato de trabalho após a alta médica, conforme previsto no artigo 118 da Lei nº 8.213/1991.

Na vigência da MP 905/2018, isto é, no período de 12/11/2019 a 20/04/2020, os empregadores deixaram de emitir a Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, na forma prevista no artigo 22 da Lei nº 8.213/1991, para os acidentes de trajeto e com isso não havia nenhuma garantia de emprego assegurada ao empregado acidentado no referido período. Com a revogação da MP, a partir de 21/04/2020 volta a ser obrigatório o envio da CAT nos termos do referido artigo.

Noutro giro, vale observar que com base no § 2º do artigo 58 da CLT, na redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, com efeitos a partir de 11/11/2017, e na Resolução nº 1.329, de 25 de abril de 2017, do Conselho Nacional de Previdência (CNP), o entendimento é no sentido de que o acidente de percurso não é mais considerado acidente de trabalho. O § 2º do artigo 58 da CLT, que entrou em vigência a partir de 11/11/2017, diz que o tempo de percurso da residência até o local de trabalho e vice-versa, não são mais considerados como tempo à disposição do empregador.

Confira:

Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

.....
§ 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

Com o argumento de que o empregador não tem influência e/ou ingerência sobre os acontecimentos que ocorrem no trânsito, ou seja, fora do alcance de seu controle, fiscalização ou poder diretivo, o Conselho Nacional de Previdência (CNP), por meio da Resolução nº 1.329, de 25 de abril de 2017, alterou a metodologia do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção – FAP, de que tratam os artigos 202-A e 202-B do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, com as alterações do Decreto nº 6.957, de 2009, e do Decreto nº 7.126, de 2010, excluindo o acidente de trajeto de seu cálculo. Observe que referida exclusão veio antes da entrada em vigor da Lei nº 1.437/2017, pois a Resolução é do dia 25/04/2017, publicada no DOU de 27/04/2017. Confira! Todavia, em face do disposto no artigo 5, inciso II, da Constituição Federal, prevalece a previsão legal contida na alínea “d” do inciso IV do caput do artigo 21 da Lei nº 8.213, de 1991. Para os doutos advogados atentos, essa é uma boa questão a ser levado ao judiciário.



Guia para precificação de produtos

A precificação é um processo que se nutre de princípios de administração, economia e marketing, tendo como propósito final garantir o lucro da atividade econômica. Não, não é uma escolha aleatória entre vender barato, comprimindo a margem, e aumentar o preço, perdendo em volume. Na verdade, a única escolha a ser feita é a da gestão de preços, levando em conta os itens que trataremos a seguir.

Passo 1: Conheça seus custos variáveis

Os custos variáveis geralmente são mais fáceis de identificar, pois estão diretamente ligados à aquisição ou fabricação das mercadorias, são eles: matéria-prima, insumos produtivos e custo com mão de obra direta. Esses valores são os responsáveis pela formação do custo do seu produto.

As despesas variáveis são gastos que não estão diretamente ligados ao produto, mas que também variam de acordo com o volume de vendas, como as comissões, frete das mercadorias e tributos que incidem sobre o preço.

Passo 2: Saiba em qual regime tributário sua empresa se encontra

Apesar de também ser uma despesa variável, precisamos falar com um pouco mais de atenção sobre os tributos que incidem no preço de venda.

Passo 3: Defina a margem de contribuição desejada para seu produto

O ideal é estabelecer uma margem para cada produto fazendo com que seus preços sejam mais competitivos. Se sua empresa se encontra em um mercado altamente competitivo, você pode optar por reduzir suas margens de contribuição para ganhar em volume de vendas e aumentar sua participação de mercado.

Já se a sua empresa tem um produto altamente diferenciado, ou tem um mercado pequeno, você pode optar por aumentar as margens de contribuição, abrindo mão do volume e ganhando mais em cada venda.

É importante compreender que lucro e margem de contribuição (ou margem de lucro) são duas coisas distintas. O lucro corresponde à diferença entre as receitas obtidas com as vendas, os custos e despesas envolvidos em sua produção:

Lucro bruto = Receitas de Vendas – Custos.

Já a margem de lucro representa o quanto a empresa ganha em cima das vendas, é uma porcentagem que compõe o preço.

MC = Receita obtida com o produto (custos variáveis do produto + despesas variáveis do produto)

Uma empresa pode ter lucro elevado com as vendas de determinado produto, mesmo que as margens de contribuição de cada unidade sejam baixas, basta ter um volume alto de vendas.

Passo 4: Defina seu ponto de equilíbrio

Ponto de equilíbrio é o volume de atividade operacional em que o total da margem de contribuição da quantidade vendida se iguala às despesas fixas. Dessa forma, todo resultado superior ao ponto de equilíbrio representa lucro para sua organização.

Para definir o ponto de equilíbrio da sua empresa basta somar todos os gastos fixos que o seu estabelecimento tem durante o mês e dividir pela margem de contribuição:

Ponto de equilíbrio = Despesas fixas / Margem de contribuição

Passo 5: trabalhe a percepção de valor como principal indicador de preço

Quem é dono de restaurante tem uma grande facilidade para entender esse conceito. Por que um mesmo prato pode custar até três vezes mais em um restaurante do que em outro? Isso depende da localização e do grau de sofisticação do estabelecimento. Dentro do conceito de proposta de valor, nós não temos o prato "X", que é feito com ingrediente "W", servido em porção para duas pessoas.

Algumas pessoas procurarão, para comer o mesmo prato, o restaurante mais modesto, esperando pagar mais barato. Outros preferirão pagar duas vezes mais caro pelo mesmo prato para almoçar em um ambiente mais confortável e sofisticado, com atendimento mais personalizado.

Passo 6: monitore todas as variáveis relacionadas a preço e tome decisões ágeis

Sabemos que um produto pode ter diversos níveis de preço:

ideal: aquele que vai levar a uma venda altamente lucrativa;

satisfatório: aquele em que se obtém uma boa margem na venda;

aceitável: quando você consegue salvar o investimento e ainda obter um pequeno lucro;

salvação: é quando você faz promoções de preço que anulam completamente a lucratividade da operação, mas sabendo que o contrário disso seria acumular um prejuízo maior por causa do encalhe.

Para você obter sempre preços entre ideal e satisfatório, a gestão tem que ser dotada de inteligência e agilidade. Para que isso seja possível, você precisa monitorar dia e noite todas as variáveis do seu negócio. Um exemplo disso é o estoque.

Com um sistema qualificado de controle de estoque, você consegue monitorar o giro e o ciclo de vida das mercadorias. Ao mesmo tempo, você pode monitorar o comportamento em vendas de cada item na prateleira.

Fonte: <https://www.casamagalhaes.com.br/blog/financas/como-definir-precos-precificacao-de-produtos/>

Texto: Carlos Borba

Departamento Contabilidade

Aluguel (indicador Agosto/2020)

IPC (IEPE)	3,55
INPC (IBGE)	2,69
IPC (FIPE/USP)	2,73
IGP-DI (FGV)	10,37
IGP-M (FGV)	9,27
IPCA (IBGE)	2,31
Média INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV)	6,53

Válido para imóveis residenciais e não residenciais com período anual. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses.
Fonte: Jornal do Comércio, 26/08/2020

Tabela Progressiva IRPF

Base de Cálculo em R\$	%	Parc. a Deduzir
Até R\$ 1.903,98	Isento	-
De R\$1.903,99 a R\$2.826,65	7,5	R\$ 142,80
De R\$2.826,66 a R\$3.751,05	15	R\$ 354,80
De R\$3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	R\$ 636,13
Acima de R\$4.664,68	27,5	R\$ 869,36

Fonte: Jornal do Comércio, 26/08/2020

Salário Mínimo

Nacional	R\$ 1.045,00
Regional	R\$ 1.237,15*
Regional	R\$ 1.265,63*
Regional	R\$ 1.294,34*
Regional	R\$ 1.346,46*
Regional	R\$ 1.567,81*

*(Cada faixa atende categorias específicas)
Fonte: Jornal do Comércio, 26/08/2020

Contribuições ao INSS

Salário de Contribuição	%
Até R\$ 1.045,00	7,50
De R\$ 1.045,00 a R\$ 2.089,60	9,00
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12,00
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14,00

Fonte: Jornal do Comércio, 26/08/2020

Salário Família

Até R\$ 1.425,56	R\$ 48,62
Acima de R\$1.425,57 não tem direito	

Fonte: Jornal do Comércio, 26/08/2020

Obrigações com Vencimento no mês de Julho / 2020

Empresas optantes pelo Simples Nacional

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	4	Salários
4	7	FGTS
4	7	Carne INSS Dom. IRRF Dom.
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
18	20	FUNRURAL
18	20	INSS/DCTF WEB
20	21	ISS - Retido Carazinho
20	21	Simples Nacional
23	23	ICMS - Diferencial de Alíquotas
25	25	Parcelamento ICMS
30	30	Parc. Simples Nacional
30	30	Parc. federais em geral

Empresas optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	6	Salários
7	7	FGTS
7	7	Carne INSS Dom. IRRF Dom.
9	9	ICMS Substituição Tributária
12	14	ICMS Próprio - Comércio
12	14	ICMS Próprio - Industrial
20	20	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
20	18	IRRF - Sobre Aluguel e sobre Serviços Prestados
18	20	FUNRURAL
20	18	PIS e COFINS - Entidades Financeiras e Equiparadas
18	20	INSS/DCTF WEB
20	21	ISS - Retido Carazinho
25	25	IPI
25	25	PIS e COFINS
25	25	Parcelamento ICMS
30	30	CSLL e IRPJ Mensal
30	30	CSLL e IRPJ Quotas - Trimestral
30	30	Parc. federais em geral

Cartão Ponto

Os estabelecimentos que possuem mais de 10 empregados estão obrigados à marcação de ponto. Poderá ser feita mecanicamente, pelo uso de relógio ponto, eletronicamente, por computador ou manualmente. Lembrando que de acordo com a Portaria MTE 2.686/2011, para as empresas que utilizavam ponto eletrônico, devem se adequar às novas orientações e aparelho. Orientamos também às empresas com menos de 10 funcionários que façam a marcação de ponto, para uso em eventuais litígios trabalhistas.

Nf's Emitidas por Optantes pelo Simples

As notas fiscais emitidas pelas Empresas de Pequeno Porte e Microempresas não deverão conter destaque de ISS e/ou IPI. Deve constar na nota a seguinte informação:

- I - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional
II - Não gera direito a crédito fiscal de ISS e/ou IPI.

ICMS no Simples Nacional

A empresa vendedora optante pelo Simples Nacional pode gerar crédito para empresa compradora não optante, desde que emita documento fiscal com destaque do ICMS, consignado no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, a expressão: "Permite o aproveitamento do crédito de ICMS no valor de R\$....; Correspondente à alíquota de ..., nos termos do Art. 23 da LC nº 123."

Avisos importantes

Departamento Pessoal

As informações deverão ocorrer nos prazos abaixo descritos:

- Admissões: 2 dias antes do funcionários iniciar suas atividades na empresa, munido dos documentos necessários e atestado admissional;
- Reajuste de salário: No dia que ocorrer;
- Alteração de função: No dia que ocorrer, juntamente com o atestado de alteração de função;
- Atestado de afastamento: Informar no portal em 24 horas do afastamento;
- Solicitação de rescisões: No dia que ocorrer;
- Solicitação de férias: 30 dias antes de iniciar as férias do funcionário;
- Cartões ponto e listagens extras: Até o dia 02 do mês subsequente.



Portal Solução
www.solucao.net

Clientes da Solução têm disponível o Portal no site www.solucao.net, no qual é possível acessar diversas informações e solicitar vários serviços online à Solução.

Política da Qualidade:

A Solução, reconhece o Sistema de Gestão da Qualidade como principal ferramenta para o monitoramento dos processos na produção de informações contábeis úteis, objetivando a melhoria constante, o desenvolvimento dos colaboradores e consequentemente a satisfação de seus clientes.